



## COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

### ATA DA 104ª REUNIÃO DA CPPD

**DATA: 05/12/2018**

**LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF**

### **CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD PRESENTES:**

**AMC** – Rosina de Almeida Lopes; **SDE** – Paulo Francisco Barbosa de Sousa; **SEINF** – José Roberto de Resende; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Júnior; **SER I** – Jackeline Tavares Facó; **SER II** – Guto de Azevedo Alencar; **SER III** – Stela Maria Luz; **SER IV** – Francisco Sales de Oliveira; **SER V** – Jalsey Pereira de Nazareno; **ABES** – Marconi José Barbosa; **CREA** – Áulio Façanha Antunes; **DETRAN** – Daniel Sousa Paiva; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **SINDUSCON** – Luana Silva Marques Quinderé.

**Presidente da CPPD:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

**Secretária Executiva:** Marília Ferreira Lima Gadelha

**Coordenadora da COURB:** Marina Cavalcante Hissa

**Expositores:** Caio Torres – **AMC**; Rodolfo Sanford – **IPLANFOR**;

Larissa Menescal – **IPLANFOR**; Paulo Barbosa – **SDE**;

Ticiano Ponte – **SEUMA**.

**DEMAIS PARTICIPANTES:** AGB – Otávio Augusto; AMC – Lucas Lordão Pimentel, Lara Bastos Bezerra, Caio Assunção Torres; SEUMA – Marina Hissa, Ticiano Ponte, Regina Costa e Silva, Paulo Barreto Lucena, Fernanda Frota Pompeu, Francisco Ronald Holanda, Marília Gadelha; IPLANFOR – Larissa Menescal, Rodolfo Sanford, Armando Silveira; SINDUSCON – Daniela Valente; SCSP – Marco Antônio Borges; SENGE/CE – Maria do Socorro Moreira Araújo.

### **PAUTA:**

1. Aprovação da Ata da 103ª Reunião da CPPD;
2. Apresentação dos Projetos da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMFor) com referência em Planos internacionais, nacionais e locais, sendo eles:  
Projeto Operação Esquina Segura  
07 Planos Específicos do Plano Fortaleza 2040  
Projeto Meu Bairro Empreendedor  
Projetos Seuma x ODS

## **ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:**

A Coordenadora de Desenvolvimento Urbano, Arq. Marina Hissa deu início a 104ª Reunião da CPPD agradecendo a presença de todos e falou que foi resolvido na última reunião que seria feito uma apresentação diferenciada, inclusive por sugestão da Secretária Águeda Muniz, onde foram convidados órgãos do Poder Público para apresentar projetos que estão em andamento tendo como referências os Planos locais, nacionais e internacionais.

Informou a ordem das apresentações, iniciando com a apresentação da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) com o Projeto Esquina Segura, logo após o Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) com o tema 07 (sete) Planos específicos do Plano Fortaleza 2040, em seguida, a apresentação da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE) com o Projeto Meu Bairro Empreendedor e finalizando com a apresentação da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) tendo como tema projetos, planos e ações da Secretaria que estão acontecendo e que estão alinhados aos Objetos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dando continuidade a pauta, questionou aos conselheiros se teriam alguma objeção quanto à aprovação da Ata da 103ª Reunião da CPPD, como não houve pronunciamento por parte dos conselheiros, a Arq. Marina Hissa informou que a ata foi aprovada. Em seguida, convidou a conselheira Rosina Lopes, representante da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) que iniciou falando que, de acordo com o Código Nacional de Trânsito, todo órgão gestor de trânsito deve fazer a coleta dos acidentes, pois irão nortear uma série de intervenções, operações e fiscalizações de um modo geral. Diante disso, a AMC teria o setor de Sistema de Informação de Acidentes de Trânsito (SIAT) que coleta dados dos acidentes que acontecem no trânsito do Município de Fortaleza, inclusive dados de vários órgãos que atendem ao trânsito, como: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Instituto Dr. José Frota (IJF), Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Rodoviária Estadual (PRE).

Ao final de sua fala, passou a palavra para o coordenador do SIAT, Caio Torres que destacou que o SIAT além de coletar informações, também é feito o diagnóstico nas áreas da cidade e monitora as intervenções que a cidade está elaborando, sendo uma delas a Operação Esquina Segura. O Projeto iniciou em março de 2017 e continua atualmente, pois a operação tem sido positiva.

Ao final da apresentação, passou a palavra para a Arq. Marina Hissa que abriu espaço para questionamentos.

O conselheiro Daniel Paiva, representante do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), pediu a palavra e falou que tanto a AMC e o DETRAN utilizam tachões de sinalização em diferentes módulos, mas sempre visando a preservação da vida em relação a certos setores e certas vias que tem um risco maior de acidentes ou número maior de acidentes. Questionou como a AMC estaria superando as restrições transversais dos tachões, pois o DETRAN estaria enfrentando algumas questionamento em relação a utilização transversal dos

tachões em determinadas vias, em determinadas esquinas, como por exemplo.

O Coordenador Caio Torres respondeu que o uso dos tachões de sinalização ainda não estaria regulamentados e que a AMC teve alguns problemas e audiências com o Ministério Público, mas que a AMC tem um embasamento e estaria tentando modificar a Legislação, além de estar tentando mostrar que essas intervenções se mostram suficientes para redução de acidentes que é algo que deveria ser priorizado salvar vidas em detrimento de danificar veículos já que é falado que os tachões podem danificar o veículo, dependendo da velocidade.

Acrescentou que receberam recentemente a visita do Comitê de Sinalização do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) que foram para conhecer algumas iniciativas da AMC e tiveram a oportunidade de mostrar pra o resultado do Projeto Esquina Segura; foi visto que está tendo um avanço positivo em relação ao trabalho com essas esquinas, onde se entende que o condutor tem que parar para olhar o fluxo na avenida principal. Frisou que estariam mostrando para o Ministério Público o resultado e que não tiveram nenhum problema maior quando após apresentar os resultados, destacou que estariam tentando alterar na Legislação Nacional para ter isso em Lei, permitindo assim esse tipo de uso e que acredita que podem ser um modelo para mostrar isso.

O conselheiro Daniel Sousa questionou ainda se teria sido feita alguma consulta com o DENATRAN, o Coordenador Caio Torres respondeu que sim, teriam iniciado a pesquisa junto ao Comitê Nacional de Trânsito e entenderam que poderia ser feito um teste e monitoramento dos resultados, salientou que uma das premissas do projeto seria de monitorado e que estariam tendo dados positivos dos tachões na via.

A conselheira Luana Quinderé, representante do Sindicato da Indústria e da Construção Civil (SINDUSCON), falou que sua pergunta poderia até já ter sido respondida no início, e questionou quais os critérios de seleção das esquinas que foram implantados o projeto.

O Coordenador Caio Torres respondeu que já teria falado, e que o critério teria sido avaliar os locais críticos de acidentes e as demandas da população. Ressaltou que muitas pessoas queriam o projeto em sua esquina, porém não teria como atender em todas as equinas da cidade, e que existe um sistema de dados na AMC que consegue monitorar em tempo real os acidentes e as intercessões e com isso foi analisado, comparando e priorizando ou não o projeto.

Ao final dos questionamentos, repassou a palavra para a Arq. Marina Hissa que, convidou os representantes do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), Rodolfo Sanford e Larissa Menescal para apresentarem os 07 (sete) Planos específicos do Plano Fortaleza 2040.

A Arq. Larissa Menescal iniciou a apresentação falando que iria apresentar juntamente com o Arq. Rodolfo Sanford e explicou que por ser um tempo curto para falar de 07 planos, iriam fazer uma introdução e quem

sabe fazer uma apresentação mais detalhada em outra ocasião. Iniciaram fazendo uma breve introdução do que é e como se faz a inserção dos Planos Específicos.

Ao final da apresentação, repassaram a palavra a Arq. Marina Hissa que abriu espaço para questionamentos, fazendo bloco de 03 (três) perguntas.

A Sra. Daniela Valente, pediu a palavra e parabenizou o Plano, falou que achava que o diagnóstico estaria riquíssimo para qualquer tipo de proposta a ser feita para a cidade.

Disse que pelo desenho de todos os planos apresentados, o que se propõe, de uma maneira muito audaciosa, é se fazer uma verdadeira inversão no planejamento da cidade; ao invés de ser por placas, irão priorizar a mobilidade, trabalhando os corredores de ligação entre as várias áreas da cidade, como foi falado pela Arq. Larissa Menescal, confrontando as desigualdades que se tem e fazendo ligações entre as duas fortalezas.

Disse ainda que certamente devem ser feitas Legislações específicas para o zoneamento ao longo de todos os corredores e questionou se serão zonas especiais que irão se sobrepor a Lei Geral ou será feita uma revisão do Plano Diretor já contemplando essas novas propostas. Esclareceu que sua pergunta é se terão Legislações específicas para essas áreas como se fossem zonas especiais ou se será implementada essas propostas apresentada através de uma revisão geral da Legislação Urbanística atual, pois esta mantém e vem aguçando até, o planejamento por placas, por zonas.

Salientou que, como foi falado pela Arq. Larissa Menescal, a ideia seria fortalecer as centralidades e subcentralidades, as tomadas de decisões, por meio do fortalecimento das Secretarias Regionais com a criação de novas Regionais ou ser feita uma redefinição.

Falou que acredita que já tenham se debruçado sobre como fazer o fortalecimento e qual a função das Regionais, pois desde que foi feita essa descentralização no ano de 1997 na qual foi criada as Secretarias Regionais e assim foi uma quebra de paradigmas, as decisões de educação, saúde, urbanismo foram centralizadas nas regionais e assim fortaleceu essas secretarias; e os projetos ou questões gerais eram levados para as secretarias temáticas e na época foram poucas as temáticas que prevaleceram, pois desde a gestão do Prefeito Juracy passando por todos os prefeitos, inclusive atualmente, há um fortalecimento das temáticas e um enfraquecimento das Regionais a própria fiscalização que era uma das funções que restavam nas Secretarias Regionais foi centralizada na Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS). Ressaltou que houve encaminhamento no sentido contrário de esvaziamento das regionais e o fortalecimento das secretarias temáticas que centralizavam as decisões.

Finalizou dizendo que acha interessante que haja uma busca de um retorno adequado da descentralização e questionou se estaria sendo feito estudos do ponto de vista administrativo de uma reforma nesse sentido.

O conselheiro Mário Fracalossi, representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), pediu a



palavra para uma complementação da apresentação, e responder ao questionamento da Sra. Daniela Valente. Esclareceu que sim, que acontecem discussões de fundo, que é o modelo de governança do Plano Fortaleza 2040, os planos que foram elaborados tem que ter uma costura, a costura se dá de forma temática, onde foram criadas Câmaras Setoriais que discutem as ações que foram propostas em cada um dos planos, com o atendimento a visão para cada um desses planos que foram construídos e também uma visão territorial, indicando como os 33 (trinta e três) planos acontecem no território.

Destacou que as pessoas querem saber como vai mudar a vida aonde mora e aonde transita dentro da cidade, por isso que tem que ter um recorte de todas as ações para apresentar no território, tendo essas duas visões. Falou que as Câmaras Setoriais já estão funcionando desde setembro do ano passado, tentando acompanhar o desenvolvimento das ações que foram previstas e que a divisão territorial foi trabalhada durante todo o ano corrente e que o trabalho foi concluído neste mês, e será apresentada a partir do próximo ano.

Ressaltou que existe sim a ampliação de discussão e o referendo do prefeito para ampliar o número de unidades regionais, inclusive com as novas funções e que a ideia é que tenha uma população máxima, em cada uma dessas unidades regionais e que tenham uma relação cultural de vizinhança, de proximidade, de disponibilidade de serviço, equipamentos, de acessos, tendo assim uma identidade regional.

O conselheiro Mário Fracalossi disse ainda que, o estudo foi muito aprofundado para chegar as proposições apresentadas, principalmente na parte urbanística, mas que ainda não é o suficiente para começar a modificar a vida das pessoas. Falou que para apresentar e entender cada um dos 07 (sete) planos se leva 4 ou 5 horas para serem discutidos, portanto, teria que ser um seminário de 01 (uma) semana para conhecer o mínimo.

Salientou que a devolutiva também terá que ser passado para população, terão que se abrir uma série de audiências, em vários ambientes para as pessoas conhecerem, partindo assim, para a construção interna dentro da prefeitura da elaboração da revisão do Plano Diretor, que já está em andamento e que a metodologia que será utilizada para incorporar as propostas que estão sendo lançadas pelos planos serão utilizadas na nova formatação do Plano Diretor.

Ressaltou que hoje se tem elementos para gerenciar o espaço urbano em função do que está se pensando com o adensamento da cidade, da policentralidade e o que é possível para adensar em cada uma dessas regiões para justificar inclusive os investimentos públicos, o transporte de massa. Destacou que foi adotada como proposta básica para o transporte de massa o uso dos *Bus Rapid Transit* (BRT), ou seja, o Transporte Rápido por Ônibus, pois foi identificado no diagnóstico que o custo de implantação do metrô provavelmente daria pra fazer o investimento em todas as 14 (quatorze) linhas de BRT na cidade.

Falou ainda que a implantação de BRT se justifica por um nível mínimo de densidade nas áreas de influência, onde no primeiro momento pode não ter densidade suficiente, mas que terá que ter os alimentadores; tendo como proposta também o transporte de alimentação para as áreas de estação. Portanto, são várias ações

conectadas que a população tem que se apropriar do conceito, criticar e complementar as informações para que possa avançar na proposta e, assim, consolidar a ideia de cada um dos planos.

Finalizou dizendo que após a consolidação será definido que linha será adotada, serão detalhados os projetos e irão aparecer os valores e os prazos de implementação, além da matriz de responsabilidade, ou seja, o que é de responsabilidade do Poder Público e o que é da iniciativa privada, pois quando se propõe um plano de massa, uma densidade o Poder Público investe e sabe que o retorno do investimento social será há longo prazo, mas assume a ociosidade do investimento e a iniciativa privada, normalmente, entra depois que já tem uma infraestrutura montada ou pelo menos tem essa expectativa de que isso venha a ser montado pelo Poder Público.

Em seguida, o conselheiro Paulo Barbosa, representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), parabenizou o trabalho apresentado e falou que sua pergunta seria no sentido de saber se nesse trabalho de criação dos mapas se foi feita alguma coleta de dados primários e se é possível a disponibilização dos dados, considerando que, a exemplo de outras secretarias, a SDE estaria desenvolvendo vários trabalhos que envolvem ações em áreas que foram colocadas como prioritárias, pois seria um insumo muito importante para serem mais assertivo nas ações.

Em resposta a pergunta a solicitação do conselheiro, o Arq. Rodolfo Sanford respondeu que receberam a documentação a pouco tempo e não saberia o nível de profundidade da coleta de dados, sabe-se que foi otimizado a base de lotes atualizados pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN), mas em relação a infraestrutura iria se certificar, disse ainda que não haviam recebido os dados em formato *shape*, que são os dados que poderão ser repassados, mas assim que recebesse poderia encaminhar.

Ao final dos questionamentos, a Arq. Marina Hissa convidou o representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), conselheiro Paulo Barbosa que apresentou o Projeto Meu Bairro Empreendedor, onde destacou que o Projeto é alinhado com o Plano Fortaleza 2040, ressaltou que o Plano do que foi proposto pela sociedade já está em um processo bem acelerado para dar início.

Ressaltou que o projeto inclui várias ações no seu escopo, como: plano de confecção, plano de economia criativa, plano de agricultura urbana. Frisou que o nome do Projeto, Meu Bairro Empreendedor, é no sentido de desenvolver uma metodologia diferenciada para os bairros da cidade de Fortaleza, bairros que já possuem um desenvolvimento econômico destacado nas suas regiões, nas suas localidades.

Salientou que na cidade se tem vários núcleos que funcionam de maneira destacada em termos econômicos, e a ideia do projeto é identificar os núcleos e fortalecê-los, tornando o objetivo uma realidade; tendo como foco fazer com que cada movimento local tenha seu desenvolvimento específico, portanto, o projeto tem um viés econômico, empreendedor, de geração de emprego e renda e a ideia é ter a participação e ação colaborativa com os empreendedores do bairro.

Ao final da apresentação repassou a palavra para a Arq. Marina Hissa que abriu espaço para questionamentos.

O conselheiro Roberto Resende, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF) pediu a palavra elogiou o projeto e disse que tem trabalhado muito na infraestrutura dos conjuntos habitacionais e percebeu que existe muita troca de serviços internos dentro dos conjuntos e a escada interna que seria algo privativo vira uma confusão porque entra e sai de pessoas que buscam o serviço. Sugeriu para que através do projeto tivessem um olhar para os Conjuntos Habitacionais e assim organizar. O Conselheiro Paulo Barbosa agradeceu a sugestão.

A Arq. Marina Hissa falou que em relação a confecção, quando foi falado em colocar um estabelecimento próprio para as confeccionista já que seria a principal vocação da área, questionou se isso foi pensado a respeito ou se isso já foi bem recebido pela comunidade, pois o que sente é que as confeccionistas gostam de ter esse serviço em casa.

Em resposta ao questionamento, o conselheiro Paulo Barbosa esclareceu que foi feito um levantamento em residências, no ano de 2016, em conjunto com a Federação de Micro e Pequenas Empresas do Estado Ceará e foi conversado com 1.014 empreendedores, dos quais 73% eram mulheres e aproximadamente 40% eram pessoas que se identificaram como produtores de confecção. Na pesquisa foi colocado que existe o desejo de por parte delas de sair da informalidade, de virarem micro empreendedoras individuais e passar a ter uma relação de produção, pois é o complemento da renda dessas famílias. Ressaltou que existem indicativos de pessoas que tem interesse de ir até uma unidade de produção, se for próximo a sua casa ou se for fornecido meios de ir e, por isso, que possivelmente será viabilizado meios que permita isso, mas principalmente muitas delas têm interesse de ter uma linha de financiamento para comprar a própria máquina de costura e para comprar os primeiros insumos.

Exemplificou com o Projeto Mulher Empreendedora, que a prefeitura já implantou, falou que constitui 81 (oitenta e um) empreendimentos na cidade de Fortaleza, destes, cerca de 70% é processo industrial que já estão recebendo recurso, e comprando a máquina de costura e os insumos, ressaltou que para receber a segunda parcela do financiamento é preciso formalizar, tornar pessoa jurídica, e os consultores, disponibilizados no projeto, acompanham o uso do recurso. Finalizou dizendo que a mesma metodologia do Projeto Mulher Empreendedora será usada no Projeto Meu Bairro Empreendedor, nesse caso não voltado somente para as mulheres.

Repassou a palavra a Arq. Marina que convidou a Arq. Ticiania Ponte para fazer a apresentação e explicou que seriam apresentados os projetos que estão em desenvolvimento na SEUMA fazendo uma relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o com o Estatuto da Cidade.

A Arq. Ticiania Ponte iniciou explicando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nasceram



dentro da Agenda 2030 que é uma agenda mundial, na qual em setembro de 2015 em Nova York, na sede das Nações Unidas, 193 (cento e noventa e três) representantes mundiais aprovaram o documento chamado transformando Nosso Mundo, documento este que compõe o desenvolvimento urbano, desenvolvimento sustentável mundial, global. Frisou que o Plano indica 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao concluir a apresentação, repassou a palavra para a Arq. Marina Hissa que abriu espaço para questionamentos, como não houve pronunciamento por parte dos presentes, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Fortaleza, 05 de Dezembro de 2018.

**Marília Ferreira Lima Gadelha**  
Secretária Executiva da CPPD

**Marina Cavalcante Hissa**  
Coordenador de Desenvolvimento Urbano

**Maria Águeda Pontes Caminha Muniz**  
Secretária da SEUMA  
Presidente da CPPD